

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – CORECONPR

32° PRÊMIO PARANÁ DE MONOGRAFIA

**TÍTULO: DESIGUALDADE DE RENDA NA POPULAÇÃO JOVEM BRASILEIRA
ENTRE 2012 - 2019**

PSEUDÔNIMO DO AUTOR: Luna Sebasten

CATEGORIA:

ECONOMIA PARANAENSE ()

ECONOMIA PURA OU APLICADA (X)

RESUMO: Esse trabalho teve como objetivo principal analisar o comportamento da desigualdade de renda para a população jovem brasileira entre 2012 e 2019. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNADc). A metodologia baseou-se na determinação do desemprego, informalidade, renda média, Índice de Gini, Razão de Palma e Índice de Bem-Estar para renda da população de 15 a 29 anos. Os resultados mostraram que, para o agregado da população jovem, entre 2015 e 2019, houve crescimento no desemprego de 67,46% e da informalidade em 16,03%. As medidas de desigualdade também demonstram degradação entre 2015 e 2019, com aumento de 3,5% no Índice de Gini, de 20,18% na Razão de Palma, e decréscimo de 8,41% no Índice de Bem-Estar. Concluiu-se que a partir de 2015 há significativa piora na condição do mercado de trabalho para população jovem, com alta desigualdade de renda acompanhada por alto desemprego e crescente informalidade.

PALAVRAS-CHAVES: Distribuição de Renda, Jovem, Desigualdade

ABSTRACT: The main objective of this study is to analyse the income inequality behaviour of the Brazilian youth between 2012 and 2019. Using data from the Continuous National Household Sample Survey (PNADc). The methodology is rooted in the verification of the unemployment, informality, average income, Gini Index, Palma Ratio and Well-being Index of the population between 15 and 29 years old. The results indicate that between 2015 and 2019 the unemployment increased 67,46% and informality 16,03%. The inequality measures also degraded as of 2015, the Gini index increased 3,5%, Palma Index 20,18% and Well-being Index decreased 8,41%. In conclusion, as of 2015, the condition of youth in the labor market is measurable worst, with 2019 scoring higher income inequality along with high unemployment and rising Informality.

KEYWORDS: Income Distribution, Youth, Inequality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Evolução do Índice de Gini, 1976 - 2014	16
Figura 2	Curvas de Lorenz para educação, 2003 - 2014	18
Figura 3	Distribuição dos jovens ocupados por setor de atividade, 2006 e 2013.....	24
Figura 4	Curva de Lorenz	27
Figura 5	Poligonal de Lorenz no caso de uma distribuição discreta	29
Figura 6	Composição da PEA por faixa etária, 2012 – 2019	33
Figura 7	Evolução do desemprego para população jovem por faixa etária, 2012 2019	34
Figura 8	Evolução da informalidade para população jovem por faixa etária, 2012 – 2019	36
Figura 9	Evolução da das categorias formais e informais para população jovem ocupada, 2012 – 2019	37
Figura 10	Evolução da Renda média para população jovem por faixa etária, 2012 – 2019, valores inflacionados para março de 2021	39
Figura 11	Evolução do Índice de Gini para população jovem por faixa etária, 2012 – 2019	40
Figura 12	Relação da Renda Média entre os jovens (15 - 29 anos) 10% mais ricos e 40% mais pobres, 2012 – 2019	42
Figura 13	Evolução do Índice de Bem-Estar para população jovem por faixa etária, 2012 – 2019	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Taxa de desemprego e de informalidade para PEA jovem, 2012 a 2019	51
Tabela 2	PEA jovem, 2012 a 2019	51
Tabela 3	categorias formais e informais para população jovem ocupada, 2012 a 2019	52
Tabela 4	Índice de Gini para PEA jovem, 2012 a 2019	52
Tabela 6	Índice de Bem-Estar para PEA jovem, 2012 a 2019	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	12
2.1 A desigualdade da distribuição de renda no Brasil.....	12
2.2 O jovem e sua inserção no mercado de trabalho brasileiro.....	20
3. METODOLOGIA.....	25
3.1 Base de Dados.....	25
3.2 Medidas de Desigualdade.....	26
3.2.1 Curva de Lorenz e o Índice de Gini.....	26
3.2.2 Razão 10/40 (Razão de Palma).....	30
3.2.3 Índice de Bem-Estar.....	31
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	32
4.1 Composição da população, evolução do desemprego, informalidade e renda média.....	32
4.2 Evolução da desigualdade de renda.....	40
5 CONCLUSÃO.....	45
APÊNDICE.....	51

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país reconhecido por sua desigualdade de renda, que se intensificou a partir do começo do século XX com o aumento do valor das *commodities* (WILLIAMSON, 2010). Santos (2015) define o Brasil pré-industrialização (antes de 1930) como um país jovem e muito pobre onde o trabalho é, principalmente, um meio de subsistência. A partir de 1930, com a industrialização, a renda *per capita* cresceu 7 vezes até 1980. Com a taxa de participação da população jovem no mercado de trabalho sendo de 55%, uma das maiores da América Latina.

Os estudos da desigualdade de renda no Brasil, com base em dados confiáveis, tiveram início nos anos de 1970, onde Hoffmann (1971), Duarte (1971), Fishlow (1972), entre outros que, pela primeira vez, com o uso do Censo de 1960 e de 1970, dispuseram de dados confiáveis para explorar o aumento da desigualdade no período da Ditadura Militar, causando discussões públicas e acadêmicas sobre o assunto.

Nos anos de 1970, o êxodo rural e a rápida industrialização causaram um forte aumento na desigualdade de renda. Durante os anos de 1980, a desigualdade continuou a crescer, com a Década Perdida e a hiperinflação o Brasil alcançou, em 1989, o Índice de Gini mais alto do século XX (HOFFMANN, 2002). Os anos 1990 também não se mostraram favoráveis à redução da desigualdade. O pequeno crescimento na economia e a incapacidade das empresas em gerar postos de trabalho de qualidade prejudicaram a boa inserção dos jovens na vida econômica.

Apenas a partir dos anos 2000 houve progressiva diminuição na desigualdade de renda e melhora na qualidade de vida da população brasileira mais pobre, via: transferências governamentais e o mercado de trabalho. Tal fato permitiu que o Brasil alcançasse, em 2014, o nível mais baixo no Índice de Gini da história do país, ainda assim, continuou sendo um dos países mais desiguais do mundo (BARBOSA, SOUZA & SOARES, 2020).

O período de crescimento econômico elevado de 2004 a 2012 teve notáveis repercussões positivas sobre o mercado de trabalho para a população jovem. O crescimento econômico teve seu efeito potencializado por um quadro demográfico favorável para elaboração de políticas públicas que, por fim, criaram um cenário extremamente positivo para população jovem (SANTOS, 2015). Entretanto, com o

início da recessão, a partir em 2015, o cenário mudou drasticamente com aumento do desemprego, informalidade e queda no rendimento médio. O que, por sua vez, representam um cenário afetado pela escassez de oportunidades de trabalho e uma realocação das oportunidades existentes (CORSEUIL, FRANCA & POLOPONSKY, 2020a).

Cacciamali & Tatei (2017) afirmam que o maior desemprego observado entre os jovens se deve a três fatores interdependentes: I) baixo capital humano adquirido no sistema escolar com pouca ou nenhuma experiência no mercado de trabalho. II) assimetria de informação no mercado de trabalho. III) restrições legais. De acordo com Barros & Mendonça (1995), a experiência e a escolaridade são os principais elementos para obtenção de maiores estratos de renda.

A população jovem se posiciona em uma condição delicada no mercado de trabalho, já que a sua má inserção tende a causar cicatrizes na sua vida econômica, que levam a baixos salários e desemprego (CRUCES, HAM E VIOLLAZ, 2012). As cicatrizes são sentidas por décadas não apenas na carreira dos indivíduos, mas também na maior probabilidade de desenvolver problemas de saúde e necessidade de apoio de programas de assistência social (SCHWANDT E VON WACHTER, 2019).

Neste trabalho, a mensuração da desigualdade de renda se dá por meio do cálculo do Índice de Gini, Relação da Renda Média 10/40% (Razão de Palma) e Índice de Bem-Estar, tendo como objeto a renda do trabalho da população economicamente ativa com 15 a 29 anos.

Desse modo, a pesquisa tem como principal enfoque o seguinte questionamento: Analisando 2012 a 2019, qual o comportamento na desigualdade de renda para a população jovem?

Para isso, o objetivo geral desta pesquisa é o de analisar o comportamento da desigualdade referente a renda do trabalho para a população de 15 a 29 anos no período de 2012 a 2019.

Quanto aos objetivos específicos, considera-se: I) Expor dados históricos e pesquisas que tem como objetivo levantar as causas da desigualdade da renda no Brasil. II) Expor estudos que discutam a posição e condição do jovem no mercado de trabalho brasileiro no passado e em anos recentes. III) Calcular o Índice de Gini, Relação da Renda Média 10/40% (Razão de Palma) e Índice de Bem-Estar para o

rendimento do trabalho da população jovem. IV) Analisar o comportamento da evolução da desigualdade de renda dentro do recorte da população com base na teoria.

A justificativa da pesquisa se encontra no entendimento técnico do comportamento da desigualdade de renda dentro da população jovem no período de 2012 a 2019 e, oportunidade de investigação dos fatores que causaram os resultados, através de dados econômicos e estudos de outros autores. O período se justifica pelas diversas mudanças estruturais no mercado de trabalho brasileiro, com maior flexibilização das relações trabalhistas, aumento do desemprego e na informalidade após 2015. Também importante é o fato de que o intervalo está dentro da vigência da PNAD Contínua, o que permite maior consistência nos resultados. A relevância de se observar a evolução da desigualdade de renda na população jovem é a de visualizar o comportamento dos indicadores em um momento marcado pela diminuição na qualidade dos postos de trabalho e aumento do desemprego.

A hipótese do trabalho é a de que a desigualdade de renda dentro da população jovem aumentou a partir de 2015 com a mudança para um cenário de maior flexibilização das relações trabalhistas, informalidade e desemprego.

O trabalho se divide em cinco seções partindo da introdução. A segunda seção trata do referencial bibliográfico, em que o estudo da desigualdade de renda no Brasil é discutido, assim como os determinantes e a evolução dos indicadores. Ainda na segunda seção, estudos sobre a posição e a inserção do jovem no mercado de trabalho são apresentados, bem como o histórico no Brasil e os impactos que a inserção desvantajosa no mercado de trabalho traz para o indivíduo no futuro. A terceira seção contém os procedimentos metodológicos utilizados. A quarta seção apresenta os resultados encontrados da pesquisa e, por fim, a quinta seção traz a conclusão.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A renda e o estudo desigualdade da distribuição no Brasil

O estudo da variável renda é central para a ciências econômicas, cada escola de pensamento econômico teve sua própria interpretação dos motivos pelos quais as pessoas recebem rendas diferentes. Para Brue (2006), o primeiro autor clássico a trazer reflexões complexas sobre a distribuição de renda foi David Ricardo, que se aprofundou no aspecto de distribuição de renda.

Os críticos dos clássicos como Sismondi e, posteriormente, Marx defendiam que a distribuição poderia ser alterada, e não necessariamente era consequência natural do crescimento econômico. A teoria marxista revolucionária afirmava que a desigualdade era parte do sistema de reprodução do capitalismo, portanto, era incompatível com o desenvolvimento dentro da sociedade capitalista (FONSECA, 2004).

Entretanto, apenas a partir dos anos 1920 que a economia do bem-estar aprofundou as discussões nos temas de distribuição de renda e da maximização do bem-estar, que trouxeram ao campo do estudo da distribuição de renda importantes ferramentas de análise (BRUE, 2006).

Dalton (1920) afirma que todos concordam que a redução na desigualdade de renda nas sociedades modernas seria desejável. Entretanto, é incomum haver concordância sobre como essa desigualdade deva ser mensurada. Nos anos 1920 não havia dados confiáveis o suficiente para se estudar a fundo o fenômeno da desigualdade. Todavia, já havia teorias sobre os métodos e as formas que isso seria possível estando disponíveis as informações.

Segundo Barro (2000), uma das principais abordagens para os determinantes da desigualdade de renda é a ideia da curva em U invertido de Kuznets (1955). A hipótese tem como foco o movimento da desigualdade na transição de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial. O autor também comenta que a hipótese de Kuznets é de extrema validade como comparativo entre países, entretanto não é muito eficiente para julgar a evolução individual de um país no decorrer do tempo.

Hoffmann (2002), aponta que um dos aspectos fundamentais que definem a elevada desigualdade de distribuição de renda do Brasil e de outros países da

América Latina é a alta concentração de posse de terra. Além disso, outra particularidade dessas antigas colônias de Portugal e da Espanha, é a forte dependência da exportação de produtos primários no sistema econômico.

Cacciamali (2002) afirma que a tradição escravocrata, autoritária e paternalista pode ser traçada como ponto de partida para a concentração de riqueza no Brasil. Segundo Gadelha (1989), um claro exemplo disso é existência da Lei de Terras que vinha com o objetivo de suprimir a posse de terra e atender a demanda de mão de obra que tinha se estabelecido após o fim da escravidão.

Já para Williamson (2010), a América Latina não era mais desigual do que o resto do mundo até mesmo depois da colonização. Segundo o autor, tradicionalmente, a literatura sempre tratou a América Latina como tendo um caso de desigualdade persistente. Entretanto, evidências sugerem que até o século XIX a América Latina tinha uma desigualdade semelhante ao do mundo europeu, onde o *boom* das *commodities* refletiu em um aumento significativo do PIB dos países latino-americanos. com o Índice de Gini de 1920 (0,596) sendo mais desigual do que os picos anteriores, 1790 (0,576), 1700 (0,485) e até mesmo 1600 (0,362).

Para Fonseca (2004), o debate da distribuição de renda brasileira se divide entre três principais vertentes, que o autor nomeia como sendo: I) A cínica, que defende que a distribuição de renda é consequência natural do crescimento econômico, teve seu ápice em destaque com a ideia do bolo de Delfim Neto. II) Os fatalistas, que são compostos basicamente pela esquerda tradicional, argumentam que a miséria, concentração de renda e exploração são inerentes ao capitalismo e para acabar com elas é necessário acabar com o capitalismo. III) Os ingênuos, que são compostos basicamente por sociais-democratas, trabalhistas e populistas, são críticos das outras duas e acreditam principalmente em que é necessário haver distribuição para haver crescimento e que segundo o autor, acreditam que basta vontade política para que se seja distribuído a renda.

O primeiro estudo brasileiro sobre desigualdade de renda é atribuído à Kingston (1952), onde foram usados dados provenientes do imposto de renda do estado de São Paulo e Rio de Janeiro para estimar a situação da distribuição de renda do país e concluir haver um movimento rumo à maior desigualdade, todavia, segundo Almeida-Gabriel (2014) os dados da época eram de pouca confiabilidade.

Já os primeiros estudos com dados confiáveis sobre distribuição de renda no Brasil ocorreram nos anos 1970 com Hoffmann (1971), Duarte (1971), Hoffmann & Duarte (1972), Fishlow (1972) e Langoni (1973) que, pela primeira vez, analisaram a evolução da distribuição de renda no Brasil a partir de dados estatísticos sistematizados e seguros advindo dos Censos de 1960 e 1970.

Segundo Fishlow (1972), se comparado com o padrão de vida norte-americano nos anos de 1970, praticamente toda a população brasileira seria classificada como pobre. De acordo com o autor, com baixa produtividade da mão de obra e pouco acesso à educação, as famílias se tornam um importante mecanismo de proliferação da desigualdade, pois apesar de ser uma ferramenta para distribuição de renda, têm forte influência no futuro de seus filhos, que não conseguem melhores salários e retroalimentam a desigualdade que persiste.

Para Hoffmann e Duarte (1972) a industrialização do país entre os anos 1960 e 1970 foram os principais causadores da queda do salário real em 30% que ocorreu no período. Enquanto no setor rural, os salários permaneceram constantes e baixos, com metade da população não sendo afetada pelos benefícios do crescimento econômico, apenas 30% do povo teve acessos marginais aos benefícios.

Hoffmann e Kageyama (1986), afirmam que entre 1970 e 1980, houve ainda mais crescimento na desigualdade de renda na população economicamente ativa, porém, menos intensa do que na década de 1960. O setor agropecuário foi o que teve maior concentração, diferentemente da década de 1960, onde a população urbana industrial foi mais afetada. Entretanto, segundo Leone e Hoffmann (2004), a maior inserção de mulheres, principalmente jovens e de baixa renda no mercado de trabalho, a partir dos anos 1970, colaborou com a queda da desigualdade quando se usa as famílias como unidade de referência para análise.

Os anos de 1960 a 1990 é considerado como um período em que a concentração de renda no Brasil teve expressivo aumento. Enquanto os anos 1960/1970 foram marcados pela diminuição da renda da classe média, a concentração de renda dos anos 1980/1990 foi causada pelo aumento da pobreza (BARROS & MENDONÇA, 1995). Nesse cenário, o ano de 1989 foi o mais desigual da história do país, com o Índice de Gini alcançando 0,63, número que colocou o Brasil como o país com dados confiáveis mais desigual no mundo (HOFFMANN, 2002).

Embora a hiperinflação tenha dificultado a coleta de dados, entre 1993 e 2001 houve um substancial aumento nos rendimentos médios em 31%. Apesar do crescimento no rendimento estar exagerado pela hiperinflação nos períodos de 1993 a 1995 o crescimento do rendimento médio pode ser confirmado pelo aumento da proporção de domicílios com bens duráveis, como geladeira, televisão e máquina de lavar (HOFFMANN, 2002).

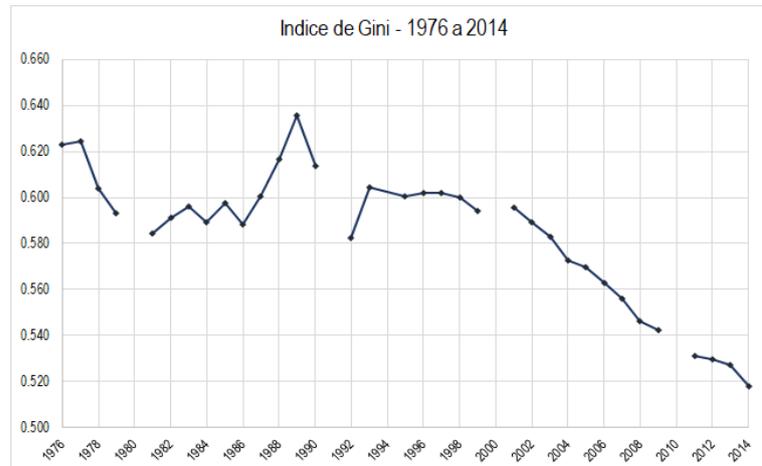
De acordo com Hoffmann (2017a), a partir de 1998 houve contínua redução na desigualdade. Após a virada do milênio houve crescimento acentuado na renda média da população economicamente ativa, com a queda da desigualdade se tornando mais expressiva de 2001 em diante.

Para Barros (2008), ainda que a queda da pobreza de 2001 a 2005 não tenha sido a maior da história do Brasil, a redução ocorrida nesse período se destaca por ter sido causada principalmente pela diminuição na desigualdade de renda, apesar do pouco crescimento no salário, a pobreza declinou consideravelmente.

A partir de 2005, o crescimento econômico acompanhado do aumento do salário-mínimo real e a expansão dos programas de transferência governamentais produziram um cenário na qual a desigualdade de renda no Brasil atingiu um mínimo histórico em 2014 (BARBOSA, SOUZA & SOARES, 2020).

A Figura 1 ilustra a evolução do Índice de Gini no Brasil desde 1976 até 2014 com dados do IPEA (2021), no gráfico é possível observar o comportamento do Índice, com o pico alcançado em 1989 observado por Hoffmann (2002), e posteriormente a queda na desigualdade sendo contínua a partir de 2001 (HOFFMANN, 2017A), com o mínimo histórico sendo alcançado em 2014 (BARBOSA, SOUZA & SOARES, 2020).

Figura 1 - Evolução do Índice de Gini, 1976 – 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEA (2021)

Nota: 1980, 1991, 2000 e 2010 não houve PNAD

Soares (2006) destaca que os principais fatores para diminuição da desigualdade entre 1994 e 2005 foi sobretudo o mercado de trabalho, seguido pelos programas de transferência de renda governamentais. Apesar da renda média ter caído 5% no período, sete em cada dez brasileiros tiveram aumentos na renda, enquanto apenas três décimos perderam, o que resultou em um ganho de bem-estar para a maioria da população.

Entre 2004 e 2013, o país experienciou expressivo crescimento no salário-mínimo, com o aumento real de 67%, o aumento teria sido responsável por 56% da queda da desigualdade de rendimentos como medida pelo Índice de Gini, sendo o principal ator na queda da desigualdade de renda no período (SABOIA & HALLAK NETO, 2018).

Para Baltar, Souen e Souza Campos (2017), houve forte inclusão social entre 2004 e 2014, com crescimentos modestos na economia auxiliado por um contexto de formalização da atividade econômica e de contratos de trabalho, processo que permitiu o crescimento e redistribuição de renda por existirem mais postos formais no mercado de trabalho.

Segundo Hoffmann (2017b) a partir de 2014, com o início da crise, o Brasil alcança um cenário de estagnação na redução da desigualdade, apesar da tendência decrescente no Índice de Gini da distribuição de renda do trabalho, houve crescimento no desemprego e na informalidade afetando principalmente os mais pobres.

Para Barbosa, Souza & Soares (2020), o mercado de trabalho, que tinha sido o motor do desenvolvimento até então, foi o maior afetado pela recessão. Segundo os autores, o aumento do desemprego e má administração de contas e políticas públicas causaram a regressão dos indicadores para níveis anteriores a 2012, com o Índice de Gini recuando 4% entre 2015 e 2018.

Ademais, a renda é afetada por diversos fatores que se atrelam às características socioeconômicas individuais que, por fim, acabam por expressar ainda mais o caráter cruel da desigualdade econômica no Brasil. Alguns dos fatores que se destacam são: a educação, a cor, o sexo e a experiência de trabalho.

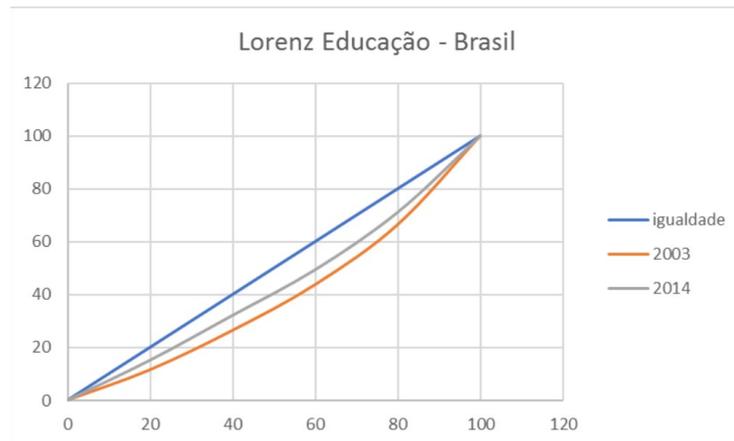
No Brasil, a importância da educação para o desenvolvimento econômico e diminuição da desigualdade de renda já foi enfatizada e explorada desde a gênese do estudo da distribuição de renda no país. Na década de 1970, Hoffmann e Duarte (1972) já consideravam que um maior nível de estudo possibilitaria acesso a extratos superiores de renda e, também, ampliariam o leque de possibilidades disponíveis para fontes de renda. Fishlow (1972) demonstrava preocupação com a importância da educação para o desenvolvimento econômico do país. Comentando que no Brasil o acesso à educação é monopolizado e passado como herança entre aqueles que já detêm riquezas, e toda a estrutura educacional do país favorece a perpetuação da condição de baixa produtividade na maioria da população. Langoni (1973) afirmava que a educação foi o fator mais importante para explicar as diferenças em rendas individuais e aumento de sua concentração que ocorreu nos anos 1960/1970.

Para Barros & Mendonça (1995), a desigualdade salarial advinda da educação depende de dois fatores distintos: o primeiro, sendo o grau de desigualdade dos indivíduos no quesito de anos de estudo e; o segundo é a sensibilidade dos salários ao nível educacional. No período entre 1976 e 1989 o Brasil não somente era um dos países com maiores níveis de desigualdade educacional, como também foi um dos países com maior sensibilidade dos salários ao nível educacional, com cada ano de estudo adicionando 15% ao salário para ensino primário e mais de 15% para nível médio e superior.

Pinto (2017) afirma que a partir de 2003, com aumento nos investimentos em educação, tanto básica quanto superior, a desigualdade educacional caiu. Entre 2003 e 2014, a camada mais pobre da população teve um aumento de, em média,

68% nos anos de estudo, enquanto a camada mais rica teve apenas 10% de acréscimo. O aumento mais expressivo da educação entre os mais pobres foi a causa da queda na desigualdade educacional, representado pela Figura 2, onde 2014 se encontra mais próximo da igualdade do que 2003.

Figura 2 - Curvas de Lorenz para educação, 2003 – 2014



Fonte: Elaborado por Pinto (2017) com dados da PNAD.

Pinto (2017) concluiu, com base em suas regressões, que a expansão da população com Ensino Médio tem como efeito a diminuição do Índice de Gini, enquanto o aumento do número de indivíduos com Ensino Superior completo tem o efeito de aumento na desigualdade. Segundo a autora, isso se deve provavelmente ao fato de o Ensino Superior ainda ser associado a camadas mais ricas da população. Assim, o Ensino Médio tem importante papel na redistribuição de renda brasileira.

Outro elemento determinante da renda é a cor da pele. Segundo Guimarães (2004), os primeiros estudos sociológicos sobre as relações raciais no Brasil tiveram início nos anos 1940. Antes disso, as teorias racistas importadas eram as mais difundidas e defendiam principalmente o embranquecimento populacional, estas que motivaram as políticas de imigrações europeias para o Brasil.

Entre 1940 e 1970, predominava sobre as relações raciais no Brasil uma visão otimista de integração por meio do desenvolvimento econômico, e afirmava-se que a criação de oportunidades acabaria com a desvantagem socioeconômica da população negra. A partir de 1970, com a inclusão de novos métodos para analisar as desigualdades, conclui-se que o desenvolvimento econômico não havia gerado a esperada ascensão socioeconômica da população negra no Brasil (JESUS, 2015).

Em 2018, mesmo totalizando 55,8% do total de brasileiros, a população negra e parda recebeu, em média, apenas 57,7% da renda da população branca. A população negra e parda tinha também o maior número de analfabetos, menos anos de estudo na média, representatividade de menos de 30% nos 10% mais ricos e de mais de 75% nos 10% mais pobres. Apesar da desigualdade de rendimentos por cor ainda se encontrar em níveis elevados, houve uma redução dessa diferença no período de 1995 a 2015 (JESUS, 2020).

Já quanto ao sexo, a inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro começou a se intensificar nos anos 1970. Em um primeiro momento, devido ao processo de industrialização e urbanização, as trabalhadoras eram majoritariamente jovens, solteiras e com pouca escolaridade. Já nos anos 1980, ocorreu principalmente a inserção de mulheres com idade acima de 25 anos de idade, chefes de família e cônjuges de classe média com maior escolaridade. Nos anos 1990 a tendência se manteve semelhante aos anos 1980, com maior crescimento na participação de mulheres adultas no mercado (LEONE & HOFFMANN, 2004).

Segundo Soares (2000), em 1987, as mulheres brancas recebiam o equivalente a 68% da renda dos homens brancos, enquanto as mulheres negras recebiam 33%. Já em 1998, mulheres brancas tinham rendimentos médios equivalentes a 79% da renda média do homem branco, enquanto as mulheres negras apenas atingiam 40% dos rendimentos do grupo de referência (homens brancos).

Outra característica que impacta na definição de renda, principalmente para a população jovem, é a relação entre experiência e salários. Para Barros & Mendonça (1995), tradicionalmente, a relação entre salário e idade cresce em forma de U invertido. Assim, o salário inicial é baixo quando o indivíduo ingressa no mercado de trabalho e chega ao seu ápice após aproximadamente 25 anos desde sua inserção. Depois disso, o salário decai quando a idade começa a avançar e o empregado se torna obsoleto para o empregador.

A experiência no trabalho assume duas formas principais, a experiência dentro de uma empresa, e a experiência dentro do mercado de trabalho de uma forma geral. No Brasil a experiência dentro da própria empresa tem muito mais impacto no salário do que a experiência no mercado de trabalho como um todo,

crescendo 5% por ano dentro da mesma empresa e entre 2-3% quando levado em conta apenas a experiência no mercado de trabalho (BARROS, 1995).

Barbosa (2019) classifica o comportamento das desigualdades para população brasileira geral em quatro fases, para o autor, tem-se a primeira fase entre 2012 e 2014, que se trata da redução nas desigualdades, impulsionado ainda pelo progresso da década anterior. A segunda fase, que se refere aos anos de 2014 e 2015, há aumento na desigualdade de renda causado pelo aumento no desemprego e informalidade. A terceira fase, em 2016, é caracterizada pela aceleração na concentração de renda pela persistência do desemprego e aceleração da informalidade. Na última fase, 2017 até 2019 há estabilização no crescimento da desigualdade, com estagnação no desemprego e persistência do crescimento na informalidade.

2.2 O jovem e sua inserção no mercado de trabalho brasileiro

Para Gough, Langevang e Owusu (2013) até mesmo a definição do que é juventude é tema de debate. Segundo a ONU, juventude é uma categoria que representa um momento transitório de preparação de um sujeito para assumir o papel de adulto na sociedade, e abrange o período dos 15 aos 24 anos. Entretanto, cada país tende a ter sua própria definição do que é a juventude. Para Silva (2015) no Brasil, a Política Nacional da Juventude (PNJ) define que jovens são todos os cidadãos e cidadãs da faixa etária entre 15 e 29 anos, a PNJ também divide essa faixa etária em três grupos: I) 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes. II) 18 a 24 anos, denominados jovens-jovens. III) 25 a 29 anos, denominados jovens-adultos.

Cardoso e Sampaio (1994), afirmam que o trabalho é uma dimensão fundamental da vida do jovem, é uma referência simbólica na fase transitiva da juventude que tangencia o mundo adulto. Nesse contexto, o trabalho evoca o tema da autonomia, tanto pelo lado de independência de sua família quanto pela autossuficiência econômica.

A maior parte da literatura sobre a inserção dos jovens no mercado no Brasil foi produzida a partir dos anos 2000, sendo a maioria baseada no crescimento econômico que se estendeu até 2014. Já internacionalmente, os estudos sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho datam dos anos 1980, com o estudo da

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (1980) já destacava que a taxa de desemprego entre jovens tende a ser maior do que para as outras faixas etárias. Freeman e Wise (1982) analisam a sensibilidade do emprego jovem aos ciclos econômicos e o crescimento mais elevado do desemprego no contexto de recessão econômica.

Períodos de desemprego e informalidade na juventude geram cicatrizes na carreira dos indivíduos que levam a menores salários e maiores taxas de desemprego no futuro (CRUCES, HAM E VIOLLAZ, 2012). Schwandt e Von Wachter (2019) analisam a progressão de jovens que iniciaram sua jornada no mercado de trabalho em momentos de recessão econômica e concluem que as consequências de períodos de desemprego e informalidade são sentidas por mais de uma década após o início da vida econômica, ao se tratar de homens brancos recém-formados. Já ao analisar grupos menos privilegiados, como mulheres, negros e indivíduos com pouca educação formal, os danos são ainda maiores. Entretanto, os efeitos não se limitam a menores salários, uma má inserção no mercado de trabalho aumenta a probabilidade de apresentar problemas de saúde e acabar necessitando apoio de programas de assistência social.

O alto desemprego entre jovens é muitas vezes explicado pela alta rotatividade da mão de obra, que é uma característica presente tanto em países desenvolvidos (LEIGHTON & MINCER, 1982), (CLARK & SUMMERS, 1982) quanto em países em desenvolvimento (FLORI, 2003). Corseuil (2014) afirma que, embora transitar entre trabalhos diferentes possa melhorar o casamento com as empresas, a alta rotatividade acaba por diminuir a aquisição de experiência geral assim como a experiência específica ao trabalho que, de acordo com Barros & Mendonça (1995), é o tipo de experiência que, no Brasil, tem mais impacto sobre o crescimento salarial.

Cacciamali & Tatei (2017) afirmam que o maior desemprego observado entre os jovens se deve a três eixos de racionalização que se reforçam mutuamente. I) baixo capital humano adquirido no sistema escolar com pouca ou nenhuma experiência no mercado de trabalho. II) assimetria de informação no mercado de trabalho. III) restrições legais, que se aplicam principalmente a jovens com menos de 18 anos de idade.

De acordo com Corseuil, Poloponsky e Franca, (2020a), a população jovem se encontra na posição menos privilegiada no mercado de trabalho, com baixa

experiência e baixa desejabilidade para empregadores. Por esse motivo, são frequentemente os primeiros a perder o emprego. Ademais, segundo Huckfeldt (2016), em momentos de crise as contratações tendem a favorecer indivíduos experientes. Essa particularidade acaba por aumentar a duração do desemprego dos jovens e levando-os ao mercado informal.

O perfil do trabalhador do setor informal é distinto ao do trabalhador do setor formal. O setor informal tende a concentrar trabalhadores jovens, menos escolarizados e de cor não branca (CORSEUIL, REIS e BRITO, 2015). Muitas vezes a informalidade é tratada como treinamento para o mercado formal, no entanto, essa característica se aplica apenas a trabalhadores com maiores níveis educacionais, logo, o nível educacional tem maior impacto na transição de informalidade para formalidade do que a experiência informal (CRUCES, HAM E VIOLLAZ, 2012).

Para Santos (2015) a inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro, historicamente, sempre esteve associada a formas degradantes de exploração com impactos negativos sobre a condição de educação dos jovens. Para a autora, o processo de inserção do jovem no mercado de trabalho no Brasil não pode ser desassociado do perfil concentrador e excludente que define o processo de crescimento brasileiro.

O Brasil pré-industrialização (pré-1930), era um país jovem e muito pobre, o sistema educacional era limitado apenas a elites e a maior parte da população infanto-juvenil era empurrada ao trabalho como meio de subsistência. Com a industrialização, que se inicia a partir de 1930, a economia brasileira sofre forte dinamização, com a renda *per capita* crescendo mais de 7 vezes até 1980. Nesse período, a taxa de participação de jovens no mercado de trabalho era muito alta, chegando a 55% em 1980, uma das maiores da América Latina. Devido essa expansão, os jovens das regiões mais desenvolvidas como o Sudeste conseguiram se beneficiar pelas oportunidades de escolarização formal assim como pela facilidade de ingresso em um mercado já mais dinamizado. Entretanto, as populações mais pobres e marginalizadas não sentiram esses avanços, já que foram limitados aos estratos mais privilegiados da sociedade (Santos, 2015).

Nos anos 1990, para Silva (2001), a perspectiva dos jovens no mercado de trabalho não era nem um pouco favorável. O pequeno crescimento na economia, a incapacidade das empresas em gerar postos de trabalho de qualidade, assim como

baixos níveis de escolaridade e baixos rendimentos, foram alguns dos fatores que prejudicaram as possibilidades da boa inserção de jovens na vida econômica.

Nos anos 2000, seguindo a tendência do resto da população brasileira, as melhoras no mercado de trabalho, principalmente a partir de 2006, foram benéficas para a maioria dos jovens. Caracterizado pelo aumento na remuneração média de 39%, queda no desemprego, e redução da informalidade na maior parte dos grupos (CORSEUIL & FRANCA, 2015).

Para Santos (2015), as transformações nas políticas públicas ocorridas entre 2004 e 2015 foram responsáveis pela mudança na dinâmica da inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. Segundo a autora, a expansão do sistema educacional básico, superior e técnico foi essencial pois ampliou a capacitação de jovens para alcançarem níveis maiores de renda, assim como possibilitou maior flexibilidade na escolha das profissões.

Os próximos cinco parágrafos detalham as evoluções nas desigualdades e são baseados no relatório de Corseuil & Franca (2015), que trazem de as mudanças ocorridas no período anterior ao analisado neste trabalho.

No recorte etário entre 2006 e 2013, os jovens-adolescentes foram mais afetados pela queda na taxa de ocupação. Por se tratar de uma idade escolar, a diminuição na taxa de ocupação sem o aumento do desemprego pode significar maior permanência escolar. Já para as outras faixas etárias (18 a 29 anos), ainda no quesito ocupacional, o destaque é a queda no desemprego de 15.6% para 13% para o mesmo período.

Os contrastes no desemprego se revelam quando as evoluções por gênero, raça e renda são apresentadas. Tratando-se de gênero, mesmo após uma queda no desemprego de 21% para mulheres e de 11,7% para os homens no período de 2006 a 2013, mulheres ainda possuíam uma taxa de desemprego maior. Quanto aos indicadores por raça, entre 2006 e 2013, o desemprego entre jovens brancos caiu de 14,3% para 11%, totalizando 23,6% de variação. Já para pretos e pardos o desemprego variou de 16,9% para 14,7%, variando apenas 12,8%, o que significa que a queda no desemprego favoreceu principalmente jovens brancos. Com relação aos diferentes estratos de renda, o desemprego aumentou quase 50% entre os mais pobres e caiu 40% entre os mais ricos, sendo assim, em 2013, a chance de um

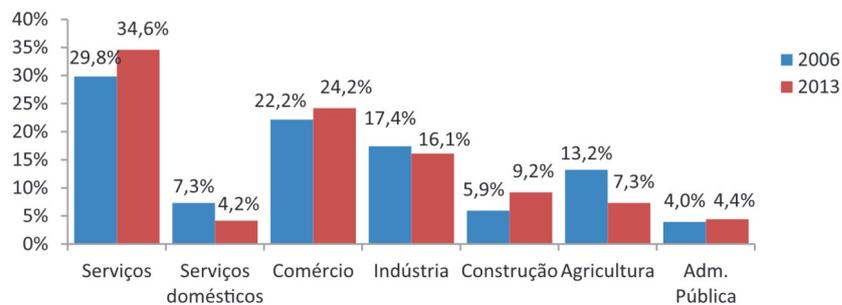
jovem da camada mais rica da população estar empregada era 8 vezes maior do que a do quintil mais pobre.

O aumento geral no rendimento médio brasileiro no período de 2006 a 2013 se estendeu também à população jovem. O crescimento para os jovens-adolescentes foi de 69% no período, enquanto jovens-jovens e jovens-adultos tiveram aumentos de 42% e 30% respectivamente.

A informalidade entre jovens também decresceu entre 2006 e 2013, entretanto os grupos mais privilegiados tiveram maior redução da informalidade. Os mais ricos tiveram redução de 23%, enquanto os mais pobres tiveram um aumento de 1,5%, com essa faixa se mantendo com 88,4% de informalidade em 2013.

Quanto à distribuição setorial de jovens empregados entre 2006 e 2013, como apresentado na Figura 3, o setor que mais absorveu mão-de-obra foi o de serviços, que aumentou de 29,8% para 34,6%, seguido pelo comércio que variou de 22,2% para 24,2%. Os setores que mais perderam representatividade foram agricultura e os serviços domésticos, que passaram de 20% de ocupação total em 2006 para 11,5% em 2013.

Figura 3 - Distribuição dos jovens ocupados por setor de atividade, 2006 e 2013



Fonte: Corseuil e Franca (2015) com dados da PNAD.

A partir de 2014, o brasileiro viu seu poder de compra e bem-estar despencar, o desemprego geral da população cresceu, os mais pobres ficaram mais pobres e os ricos ficaram mais ricos (BALTAR, SOUEN E SOUZA CAMPOS, 2017). Para a população jovem isso significou a explosão do desemprego, atingindo 24,9% no começo de 2017 e ficando estável na casa dos 20% até 2019. O desemprego se tornou um fenômeno duradouro, com aumento na quantidade de jovens que estavam à procura de emprego há pelo menos um ano (CORSEUIL, FRANCA & POLOPONSKY, 2020b). O desemprego duradouro é preocupante pois como

discutido anteriormente, longos períodos de desemprego no início da carreira são danosos para o indivíduo tanto no curto quanto no longo prazo (CRUCES, HAM E VIOLLAZ, 2012), (SCHWANDT E VON WACHTER, 2019).

3. METODOLOGIA

3.1 Base de Dados

Criada em 1967, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD foi implantada para suprir a falta de informações nos períodos intercensitários, assim como abordar temas insuficientemente investigados nos Censos Demográficos (IBGE, 1991). Inspirada no Plano Atlântida do *U.S. Bureau of the Census*, a PNAD foi a pesquisa domiciliar anual mais importante no Brasil (ALBIERI & BIANCHINI, 2015).

Para atender às demandas de informações de um país com dimensões continentais, a estruturação da PNAD foi seccionada em pesquisa básica, pesquisas suplementares e pesquisas especiais. O foco da pesquisa básica é a investigação de forma contínua para acompanhar principalmente a evolução socioeconômica das regiões. Dessa forma, as pesquisas suplementares visam coletar dados que complementam a própria pesquisa básica. Já as especiais tratam de assuntos de outras complexidades que exigem tratamento à parte (IBGE, 1991).

A amostragem é feita por um plano auto ponderado, em que a unidade primária são os municípios, acontece em três estágios onde os municípios são pesados pela sua população, outra importante classificação é o seu pertencimento ou não à uma região metropolitana (ALBIERI & BIANCHINI, 2015).

Em seu maior período de duração, a PNAD tradicional produziu indicadores anualmente, enquanto sua versão atualizada, a PNAD Contínua, apresenta dados trimestralmente. Até 2015, ambas as versões foram produzidas paralelamente, quando a versão tradicional foi descontinuada dando exclusividade a PNAD Contínua. Antes passando por um período transitório e de adaptação entre 2012, ano que foi dada permanência a PNAD Contínua, e 2015, último ano de divulgação de informações pela PNAD tradicional (ALMEIDA, 2019).

A rotina estatística foi escrita na linguagem R, com o uso dos pacotes *PNADcIBGE* e *Survey* para preparação dos dados e *Convey* para funções de análise de concentração. As variáveis escolhidas foram: *V2009* (Idade do morador na data de referência); *VD4020* (Rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos); *VD4001* (Condição em relação à força de trabalho); *VD4002* (Condição de ocupação); *VD4009* (Posição na ocupação e categoria do emprego do trabalho

principal). Todos os resultados tiveram sua amostra preliminarmente limitada para $15 \leq V2009 \leq 29$ e $VD4001 = 1$ (pertencente a força de trabalho).

A população jovem foi seccionada em quatro intervalos, sendo três deles os definidos pela Política Nacional da Juventude (PNJ): I) 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes. II) 18 a 24 anos, denominados jovens-jovens. III) 25 a 29 anos, denominados jovens-adultos. O quarto grupo se trata do agregado da população jovem com 15 a 29 anos.

3.2 Medidas de Desigualdade

Segundo Medeiros (2006), medidas de desigualdade são agnósticas quanto o que é distribuído, portanto, podem ser usadas para medir concentração de qualquer distribuição. Não existem medidas de desigualdade inerentemente superiores, as métricas apenas tendem a destacar aspectos específicos do comportamento da amostra. Nesse trabalho serão utilizadas três medidas, o Índice de Gini, a Razão 10/40 (Razão de Palma) e o Índice de Bem-Estar. O objetivo de usar métricas além do Índice de Gini é enfatizar o movimento de concentração nos extremos da distribuição e adicionar o impacto da variação da renda na desigualdade.

3.2.1 Curva de Lorenz e o Índice de Gini

O Índice de Gini é uma forma condensada de se medir o quão igualitário é a distribuição de um recurso em dada população, é comumente usada em ciências sociais para descrever a evolução da concentração de recursos no decorrer do tempo assim como traçar comparativos entre populações distintas (Farris, 2010).

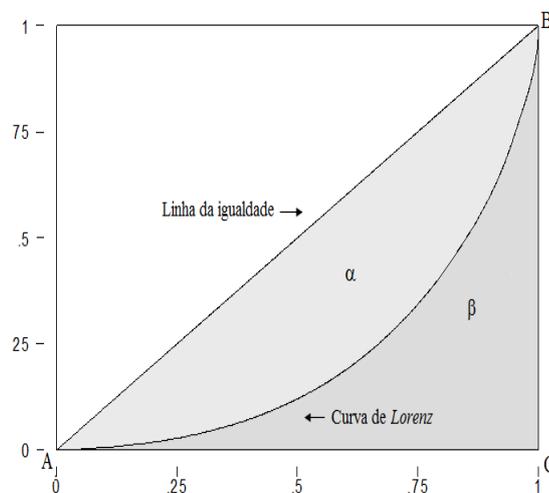
Para se definir o Índice de Gini de forma mais precisa, é necessário entender a curva de Lorenz e o que ela representa. Sua origem se dá no curto artigo escrito por Max Otto Lorenz em 1905 nomeado *Methods of Measuring the Concentration of Wealth* sendo publicado no *Publications of American Statistical Association* onde foi proposto um simples método de visualizar distribuições de renda. Entretanto, o interesse no método só foi realmente alcançar o *mainstream* nos anos 1970 com os estudos sobre bem-estar social (KLEIBER, 2008).

Almeida-Gabriel (2014) afirma que a Curva de Lorenz é um ferramental gráfico que tem como objetivo representar a desigualdade em qualquer distribuição. Levine & Singer (1970) afirmam que a curva de Lorenz pode demonstrar a

desigualdade de renda distribuindo a interdependência entre duas funções que são derivadas da função de densidade da receita, assim, representa a porcentagem da renda total apropriada por partes da população.

Sendo p o valor da proporção acumulada da população até certo estrato e sendo Φ o valor da correspondente proporção acumulada da renda. Os pares (p, Φ) definem pontos em um sistema de eixo cartesianos ortogonais como ilustrado na Figura 4.

Figura4 - Curva de Lorenz



Fonte: Hoffmann (2006)

A área α confinada entre a Curva de Lorenz e o bissetor do 1º quadrante é denominada “área de desigualdade”. Em uma população em que todos os indivíduos recebem a mesma renda a proporção p da população corresponde a proporção Φ da renda total. Assim sendo, tem-se sempre $\Phi = p$. Dessa forma, a Curva de Lorenz toma a forma da reta AB sobre o bissetor do 1º quadrante e a área da desigualdade é igual a zero.

Considerando que a desigualdade seja máxima e não exista renda negativa, em uma população com n indivíduos, apenas um indivíduo receba toda a renda enquanto os demais não recebem renda alguma, logo a proporção acumulada da renda é igual a zero até o ponto da abscissa $\frac{(n-1)}{n}$ tornando-se $\Phi=1$ após a adição do indivíduo que recebe toda a renda, se essa proporção for muito grande, a curva de Lorenz assume a forma da poligonal ABC, e a área da desigualdade é quase igual a área do triângulo ABC, sendo igual a 0,5 na Figura 4.

Para Hoffmann (1998), a Curva de Lorenz para uma variável discreta pode ser dada como segue: considere-se uma população com n valores na variável x_i de maneira que

$$x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_n$$

Admitindo que x_i é a renda da i -ésima pessoa em uma população de n pessoas, a proporção acumulada da população até a i -ésima pessoa é:

$$p_i = \frac{i}{n} \quad (1)$$

e a correspondente proporção acumulada da renda é

$$\Phi_i = \frac{1}{n\mu} \sum_{j=1}^i x_j \quad (2)$$

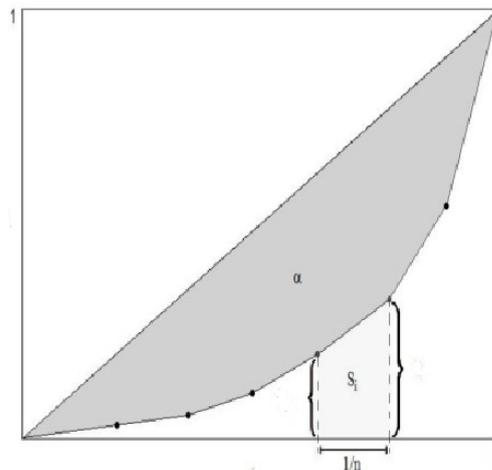
onde μ é a renda média

É necessário incluir as definições especiais:

$$p_0 = 0 \text{ e } \Phi_0 = 0 \quad (3)$$

Os pares p_i, Φ ($i=0,1,\dots,n$) correspondem a $(n+1)$ pontos em um sistema de eixos cartesianos ortogonais, unindo os pontos consecutivos encontra-se uma poligonal denominada Curva de Lorenz, representado na Figura 5.

Figura 5 - Poligonal de Lorenz no caso de uma distribuição discreta



Fonte: Hoffmann (2006)

A área entre a Curva de Lorenz e o eixo das abscissas é indicado por β . Considerando que a área do triângulo ABC é igual a 0,5, conforme a Figura 5, tem-se

$$\alpha + \beta = 0,5 \quad (4)$$

O Índice de Gini (G) é definido como o quociente entre a área de desigualdade α e a área do triângulo ABC

$$G = \frac{\alpha}{0,5} = 2\alpha \text{ onde } 0 \leq \alpha \leq 0,5 \text{ e } 0 \leq G \leq 1 \quad (5)$$

Lembrando-se (4) segue:

$$G = 1 - 2\beta \text{ onde } 0 < \beta \leq 0,5 \quad (6)$$

Pela Figura 5, observa-se que a área β pode ser obtida somando a área de n trapézios, contado que se considere o triângulo retângulo com um dos vértices na origem dos eixos e catetos iguais a $\frac{1}{n}$ e Φ_1 como um trapézio em que a base menor é igual a zero. A área do S_i do i -ésimo trapézio pode ser calculada por:

$$S_i = \frac{1}{2n} (\Phi_i + \Phi_{i-1}) \quad (7)$$

A área β pode ser obtida pela soma das n áreas S_i , ou seja:

$$\beta = \sum_{i=1}^n S_i \quad (8)$$

Substituindo a equação (7) em (8) tem-se:

$$\beta = \frac{1}{2n} \sum_{i=1}^n (\Phi_i + \Phi_{i-1}) \quad (9)$$

E para obter a função do coeficiente de Gini, basta substituir a equação (9) em (6).

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\Phi_i + \Phi_{i-1}) \quad (10)$$

Na linguagem R, a curva de Lorenz pode ser obtida e *plotada* por meio da função *Svylorenz* e o Índice de Gini pela função *Svygini*. Neste trabalho foi mensurada a concentração de renda por meio da variável VD4020 da PNAD contínua para todos os indivíduos da PEA (População Economicamente Ativa) com mais de 15 anos e menos de 29 anos.

3.2.2 Razão 10/40 - Razão de Palma

A Razão 10/40 aponta quantas vezes o percentual indicado no numerador é maior do que a renda do percentil do denominador. A proporção escolhida de 10/40 é conhecida como razão de Palma, o nome e a popularidade dessa métrica se deve ao trabalho do economista chileno José Gabriel Palma, que afirma que a relação entre a fatia dos mais ricos e a fatia dos mais pobres explica quase toda variação da desigualdade entre países (PALMA, 2011).

Matematicamente pode ser expressa da seguinte forma:

$$\frac{S_{10} +}{S_{40} -} = \frac{\int_{0.9}^1 \Phi^{-1} p dp}{\int_0^{0.4} \Phi^{-1} p dp} \quad (11)$$

onde $\Phi^{-1}(\cdot)$ é a inversa da função de distribuição acumulada (2).

A Razão de Palma considera apenas a desigualdade entre os grupos extremos da distribuição, e por definição não leva em conta a distribuição inteira, apenas os percentis selecionados. A importância de utilizar os métodos de análise

de razão de quintis é observar os movimentos (BARBOSA, SOUZA & SOARES, 2020).

No pacote Convey para R, essa razão pode ser obtida usando a função *Svyqsr*, apenas modificando o valor padrão das variáveis *alpha1* e *alpha2* para 0.1 e 0.4 respectivamente. Assim como no Índice de Gini, a variável *VD4020* foi usada para o cálculo da razão.

3.2.3 Índice de Bem-Estar

O Índice de Bem-Estar (W) utilizado nesse trabalho tem como base dois componentes: a renda média (μ) o Índice de Gini (G), ambos baseados na variável *VD4020* da PNAD Continua. Segundo Barbosa, Souza & Soares (2020), essa medida de bem-estar satisfaz os axiomas de Sen (1982) e matematicamente pode ser demonstrada da seguinte maneira:

$$W = \mu(1 - G) \quad (12)$$

Em essência, o Índice de Bem-Estar corresponde a multiplicação da renda média pelo complemento do Índice de Gini, e sua variação se dá entre 0 e μ . Nesta métrica, G funciona como uma penalização ao Bem-Estar. Assim, no caso de igualdade perfeita ($G = 0$), o Índice de Bem-Estar será igual a renda média (μ), e na medida em que se aumenta Gini, o Índice de Bem-Estar é penalizado (BARBOSA, SOUZA & SOARES, 2020).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Essa seção está dividida em duas partes, a primeira explora a composição da população jovem no mercado de trabalho assim como a evolução do desemprego, informalidade e renda média no período de 2012 a 2019. A segunda parte se encarrega de apresentar os resultados sobre a evolução da desigualdade de renda, utilizando-se do Índice de Gini, Razão dos Quintis 10/40% e Índice de Bem-Estar.

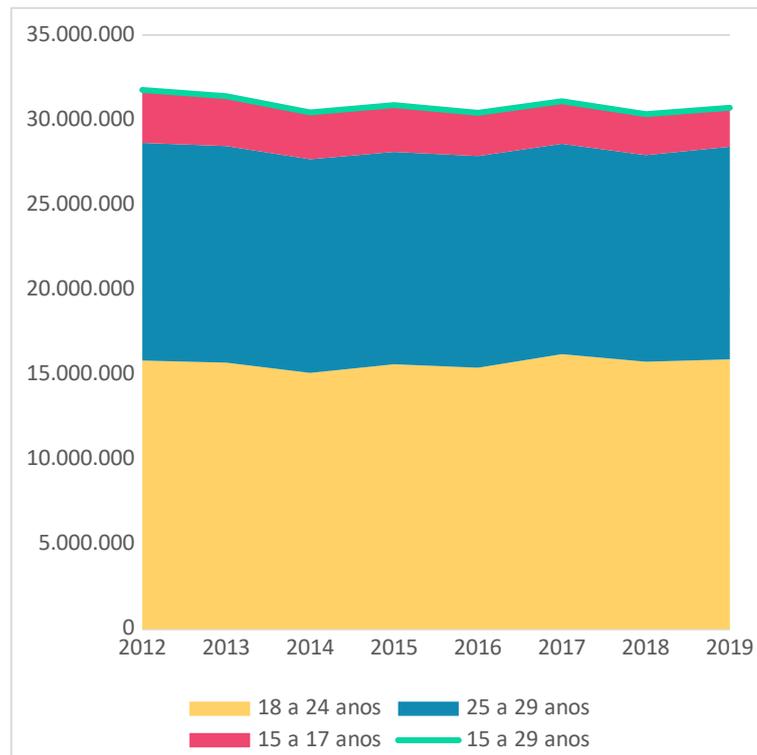
4.1 Composição da população, evolução do desemprego, informalidade e renda média

O objetivo em trazer a composição da PEA é o de contextualizar as medidas de informalidade, desemprego e desigualdade de renda que serão apresentadas a seguir. Apesar de não indicar mudanças por si só, a composição da PEA é útil como auxílio para compreender o impacto que variações nos grupos específicos causam ou deixam de causar na população jovem como um todo.

A Figura 6 apresenta a composição da PEA para a população jovem durante o período analisado neste trabalho. É importante pontuar que os dois maiores grupos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, são as faixas etárias que se encontram fora da idade escolar, e a maior parte de suas relações de trabalho são idênticas as do resto da população.

Em 2012, 40% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam empregados ou à procura de um emprego. A baixa presença no mercado de trabalho (evidenciado na tabela 2 do anexo), pode ser causada pela exclusividade do estudo como atividade, dessa forma, o trabalho só é possível em meio período em estágios ou como trabalhador auxiliar familiar. Por outro lado, também estão incluídos os casos de abandono escolar, em que o jovem pode estar no mercado informal em posições fragilizadas.

Figura 6 - Composição da PEA por faixa etária, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad Contínua IBGE (2021)

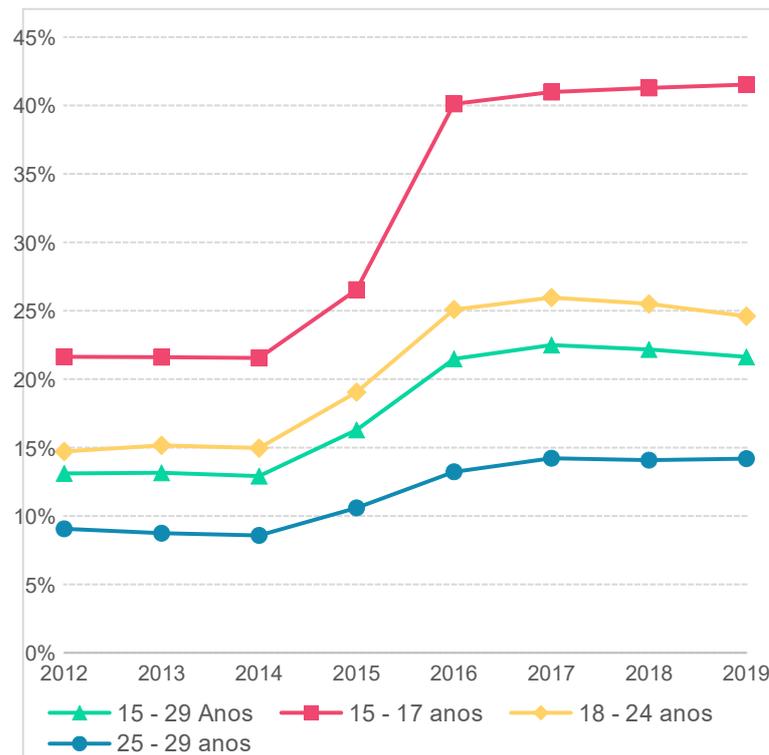
A PEA traz a somatória dos indivíduos que tinham trabalho no mês da pesquisa ou estavam disponíveis e tomando medidas efetivas para encontrar uma ocupação. Considerando isso, para duas das três faixas etárias analisadas, houve decréscimo na PEA, no montante de 29,58% para jovens-adolescentes, e de 2,27% para a faixa de jovens-adultos. Isso pode indicar que houve aumento no desalento¹, assim, jovens que não estão tomando medidas efetivas ou desistiram de encontrar uma ocupação. O fenômeno do desalento aparenta ter afetado principalmente entre os mais jovens (15 a 17 anos), o decréscimo entre o estrato de 25 a 29 anos pode ser mais facilmente explicado pela saída de indivíduos da faixa etária observada.

O aumento no desalento a partir do começo da crise, em 2015, foi observado por Corseuil, Franca e Poloponsky (2020a), onde, analisando o caráter longitudinal das visitas nos mesmos domicílios, concluíram haver um aumento na desistência da procura por ocupação por jovens que permaneceram desempregados por longos períodos de tempo.

¹ O conceito do desalento foi introduzido por Long (1953). Segundo o autor, em momentos de recessão, a probabilidade de conseguir uma vaga são mais baixos, fazendo com que trabalhadores desempregados optem por deixar de procurar emprego, o que provoca uma queda na taxa de participação na força de trabalho. (GONZAGA & REIS, 2011)

Como pontuado por Hoffmann (2019), uma das características mais marcantes da crise que teve início em 2015 é o crescimento abrupto do desemprego. A Figura 7 ilustra o crescimento da taxa de desemprego para população jovem como um todo, assim como para as faixas etárias de maneira desagregada.

Figura 7 - Evolução do desemprego para população jovem por faixa etária, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad Contínua IBGE (2021)

A população jovem agregada (15 a 29 anos), representada pela linha verde na Figura 7, teve um aumento no desemprego de 66,38% entre 2015 e 2016. A partir de 2017, há estabilização no crescimento da taxa, com o ponto máximo de 22,49% no mesmo ano. Apesar do leve decréscimo nos anos seguintes, 2019 permanece com taxa de desemprego elevada (8,5 pp acima do observado em 2012).

Representado pela linha vermelha, o desemprego entre os mais jovens (15 a 17 anos) é o mais alto durante o período observado. Nota-se que, assim como nos outros estratos, é no biênio de 2015 e 2016 que o crescimento do desemprego transcorre com mais intensidade, com aumento de 86,17% para essa faixa etária, que se mantém na casa dos 40% até 2019. Esse resultado sugere que jovens-

adolescentes são menos atraentes para o mercado de trabalho, provavelmente devido à falta de experiência e a superposição com idade escolar que limita o tempo de dedicação ao emprego.

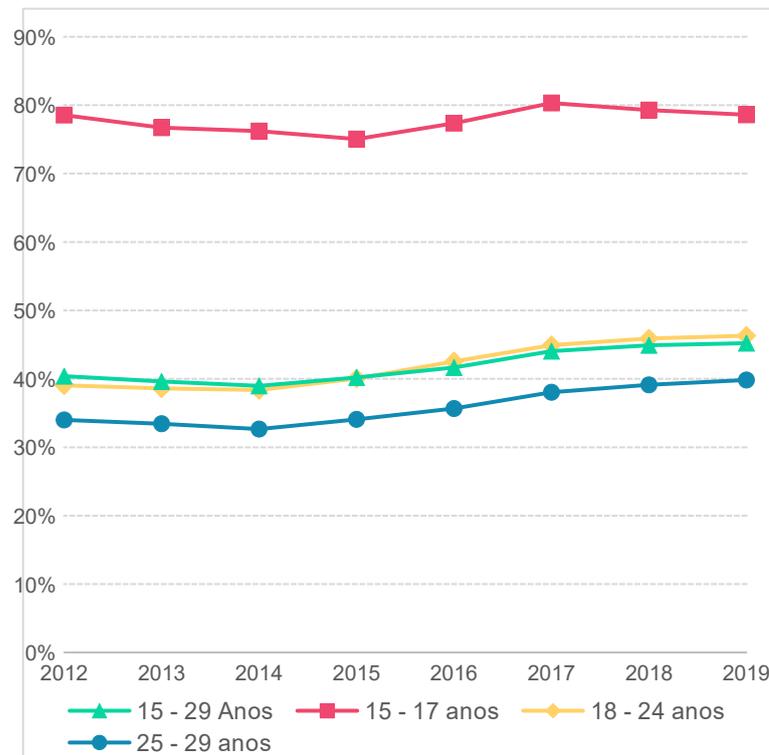
Como aponta a linha amarela, a evolução do desemprego dos jovens de 18 a 24 anos manifesta-se de forma menos intensa do que a registrada entre os jovens-adolescentes, mas permanece de acordo com o padrão delineado pelo agregado. O desemprego desponta em 2015 e 2016, com aumento de 67,71%, e estabiliza a partir de 2017, ano em que também verifica-se o ponto mais alto da amostra (25,96%). Os jovens dessa faixa etária, tendo finalizado o ensino médio, estão disponíveis para trabalhar período integral no mercado de trabalho tradicional, entretanto, possuem menos experiência e oportunidades de escolarização do que o estrato dos jovens-adultos, que por sua vez tiveram mais tempo para especialização e adquirir experiência.

Para os jovens-adultos (25 a 29 anos) a situação é menos crítica, já que foi o estrato menos afetado pelo pronunciado crescimento do desemprego que se desenrolou entre 2015 e 2016. Como pode-se notar pela Figura 7, o aumento do desemprego manifesta-se de forma mais discreta e arrastada se comparado aos outros grupos, com crescimento percentual de 65,73% entre 2015 e 2017. Esse resultado sugere que o crescimento moderado da taxa de desemprego pode ter relação com o tempo de empresa, experiência e formalidade, fatores que influenciam no custo de demissão.

Conforme já mencionado, a alta informalidade é um elemento persistente e característico da economia brasileira. Apesar de não ser exclusivo a população jovem, os efeitos da informalidade nessa população são distintos, e como observado por Schwandt e Von Wachter (2019), suas consequências sociais e econômicas podem se estender por mais de uma década.

A Figura 8 expõe a evolução da informalidade para a população jovem utilizando os mesmos recortes demográficos da Figura 6 e 7. Diferentemente do desemprego, o avanço da informalidade não acontece de forma súbita, mas de forma gradual e consistente a partir de 2015.

Figura 8 - Evolução da informalidade para população jovem por faixa etária, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad Contínua IBGE (2021)

Como aponta a linha verde, da Figura 8, que representa o agregado da população jovem, a informalidade manifesta tendência de queda até 2014, quando atinge o seu menor nível observado (38,97%). A partir de 2015 a tendência se reverte, e a informalidade passa a crescer em média 1,26 pp ao ano, até atingir 45,22% em 2019, o ponto mais alto do período observado.

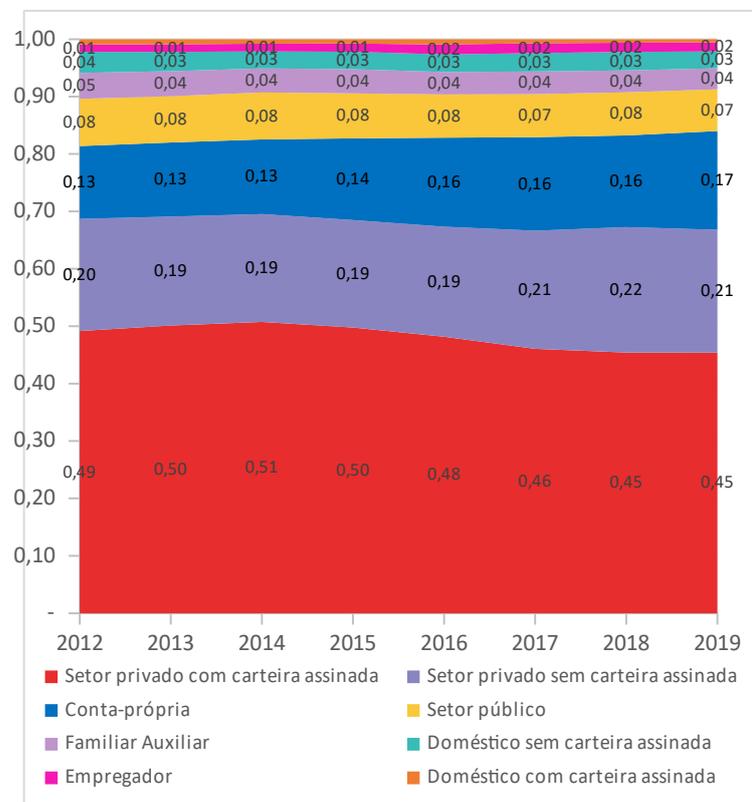
A informalidade entre os mais jovens (15 a 17 anos), representada pela linha vermelha, não só possui a maior desigualdade dentre os estratos, mas também se comporta de maneira distinta. Em vez da informalidade entre os mais jovens apresentar crescimento persistente e estável a partir de 2015, ela apresenta comportamento inconsistente, com diferença de menos de 1pp entre 2012 e 2019. A categoria que mais contribui para a manutenção da alta informalidade é a dos trabalhadores do setor privado sem carteira assinada, seguida por trabalhadores familiares auxiliares. As evidências indicam que o avanço do desemprego para os jovens-adolescentes atingiu tanto a parcela formal quanto a informal do mercado de trabalho, que possui características únicas para jovens entre 15 a 17 anos.

A informalidade entre os jovens-jovens (18 a 24 anos), como verifica-se na linha amarela, comporta-se de forma muito similar à observada na população jovem geral, portanto, com crescimento constante a partir de 2015. O aumento dos jovens empregados por conta própria e dos empregados informais no setor privado são as categorias com mais influência no aumento da informalidade.

O estrato etário mais velho da distribuição (25 a 29 anos) é o menos afetado pela informalidade, mas a evolução da taxa acontece de forma semelhante ao observado no agregado. As categorias que mais absorveram o crescimento do emprego informal foram, assim como no caso dos jovens-jovens, o emprego informal no setor privado, seguido pela categoria que atua por conta-própria. Entretanto, vale ressaltar que existem mais jovens-adultos trabalhando informalmente por conta própria do que trabalhando informalmente como empregados no setor privado.

A Figura 9 trata da evolução das categorias formais e informais do mercado de trabalho, sendo as categorias formais representadas por cores quentes e as categorias informais por cores frias.

Figura 9 - Evolução das categorias formais e informais para população jovem ocupada, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad Contínua IBGE (2021)

A categoria que mais contribuiu para o aumento da informalidade na população jovem, no geral, foi a dos empregados por conta-própria, que passou de 13% do total de empregados para 17% em 2019. O crescimento dessa categoria pode ter relação com a inserção dos aplicativos de entrega e de transporte, que se popularizaram a partir de 2014 no Brasil (IPEA, 2020) e absorveram parte da mão de obra excluída do mercado formal.

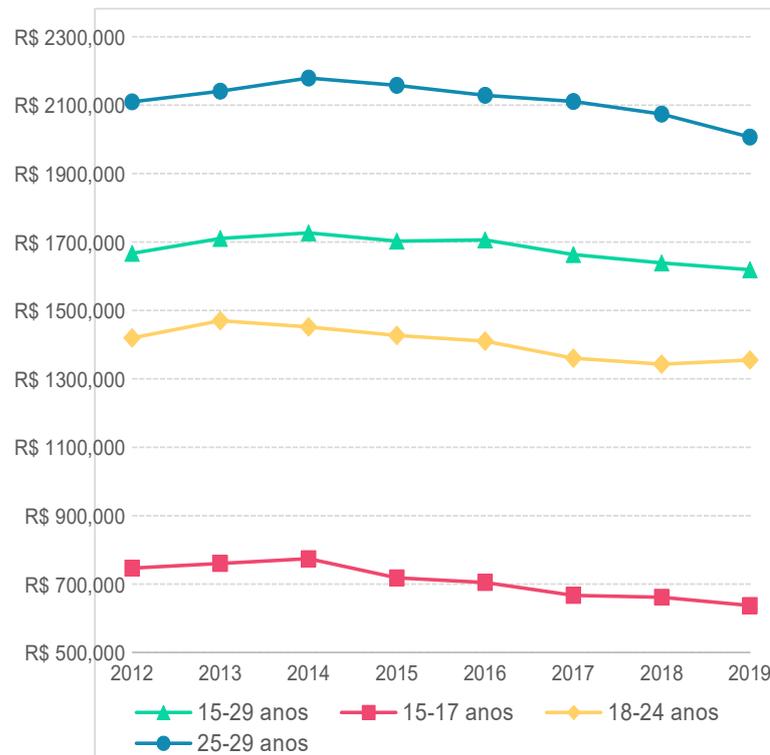
A categoria: trabalhadores do setor privado sem carteira assinada foi a segunda que mais absorveu mão de obra no período. Diferentemente dos trabalhadores por conta-própria, a participação do setor privado informal só começou a se expandir a partir de 2017. Provavelmente esse aumento foi motivado pelas mudanças na legislação trabalhista brasileira, que facilitou a contratação informal de profissionais por meio de novas formas de contratos de trabalho (FILGUEIRAS, 2019).

Trabalhadores do setor privado com carteira assinada, que formam a maior parte dos ocupados, sofreram perdas significativas. Sua participação total no mercado de trabalho caiu de 51% em 2014 para 45% em 2019, e foi substituído quase que exclusivamente pelos trabalhadores por conta-própria e trabalhadores do setor privado sem carteira assinada.

Algumas categorias, como a dos empregados domésticos, sofrem mais com o desemprego, pois tanto os empregados domésticos formais quanto os informais apenas perderam participação no total sem clara transição para outra categoria. Esse efeito não pode ser observado no gráfico utilizado para representar o desenvolvimento da informalidade, mas pode ser observado na Tabela 3 do Apêndice com a redução na quantidade de indivíduos empregados nessas categorias.

A Figura 10 apresenta a evolução da renda média entre as faixas etárias da população jovem. Por se tratar de um período marcado pelo desemprego, considerou-se também os desocupados, calculados como renda zero. Os valores foram inflacionados para março de 2021 pelo IPCA.

Figura 10 - Evolução da Renda média para população jovem por faixa etária, 2012 – 2019, valores inflacionados para março de 2021



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad Contínua IBGE (2021)

Nota: Valores inflacionados para Março de 2021 pelo IPCA (IBGE)

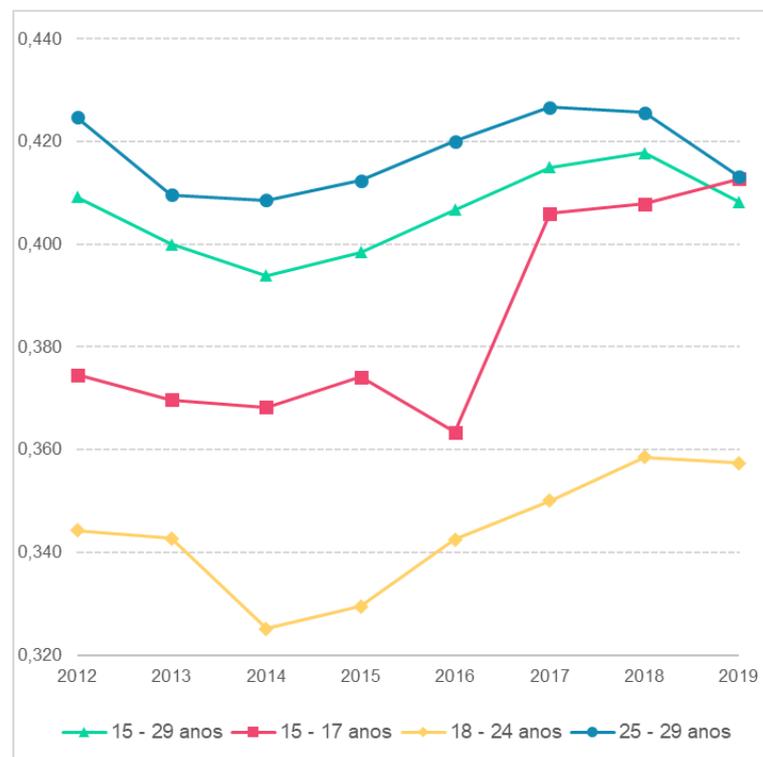
A evolução da renda média tem, assim como o desemprego e a informalidade, 2015 como ano da mudança da tendência. O período de 2012 a 2014 representou os últimos anos do crescimento da renda que ocorreu na década anterior. De 2015 em diante, há consistente queda na renda média, totalizando redução de 6,23% entre 2015 e 2019. Além do desemprego e da informalidade, Corseuil (2020a) aponta o aumento dos indivíduos trabalhando em jornada parcial como fator de redução da renda.

A relação positiva da renda média com a faixa etária pode ser explicada por diversos fatores que são relacionados à idade dos indivíduos. Para Barros & Mendonça (1995), os fatores que mais afetam a determinação da renda são a experiência na empresa, experiência no mercado de trabalho e a escolaridade. Todos os fatores supracitados têm como característica em comum o tempo, assim, as camadas mais novas naturalmente tendem a ter menos escolaridade e menos experiência do que os mais velhos.

4.2 Evolução da desigualdade de renda

Hoffmann (2019) afirma que uma das características fundamentais que afetam a economia a partir de 2014 é o crescimento do desemprego. Portanto, desconsiderar os indivíduos com renda zero no Índice de Gini não é representativo do cenário da desigualdade. Levando isto em conta, a Figura 11 mostra, por faixa etária, a evolução do Índice de Gini para a população jovem no período de 2012 a 2019 considerando toda a PEA, atribuindo-se renda zero para os desocupados.

Figura 11 - Evolução do Índice de Gini para população jovem por faixa etária, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad Contínua IBGE (2021)

Conforme a Figura 11, no período entre 2012 e 2019 o comportamento do Índice de Gini para a população jovem agregada (15 a 29 anos) destaca-se em três momentos distintos. No tempo transcorrido entre 2012 e 2014, o Índice apresenta queda, acompanhado pela diminuição da informalidade e do desemprego, que também atingiram seus mínimos em 2014. O segundo momento é marcado pelo crescimento na desigualdade de renda que ocorre a partir de 2015, e perdura até 2018. A queda no Índice de Gini observada a partir de 2019 marca o terceiro

momento. Entretanto, esse decréscimo não é acompanhado pela queda no desemprego, que permanece constante, nem pela diminuição da informalidade, que permanece em crescimento.

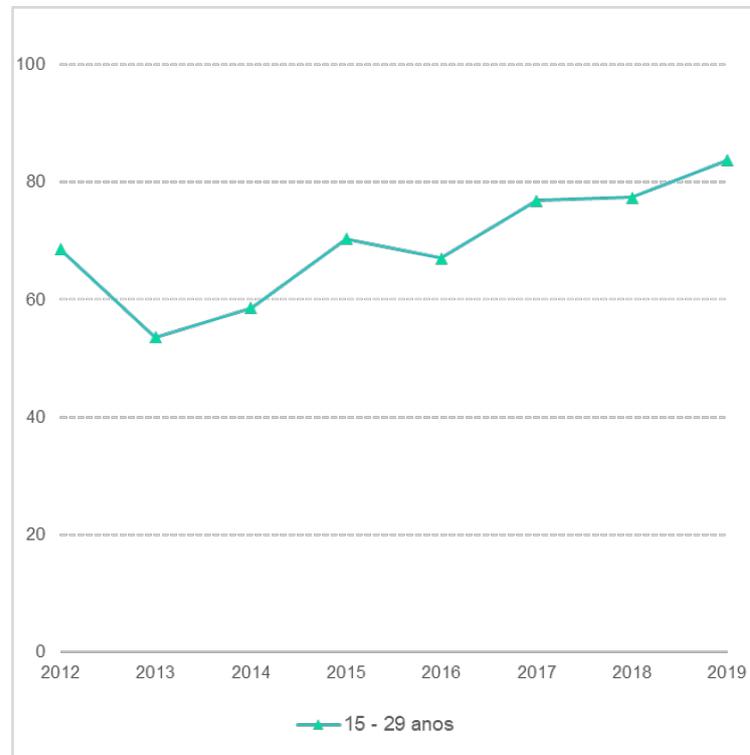
Como indica a linha vermelha, a população jovem-adolescente (15 a 17 anos), que se caracteriza pela idade escolar e alta informalidade, teve o maior crescimento do Índice de Gini, totalizando 10,39% de variação acumulada desde 2012. O crescimento de 10,98% no Índice em 2017 ocorre de forma abrupta e em apenas um ano, ultrapassando o Índice observado na população jovem agregada.

A faixa etária de menor nível de desigualdade no Índice de Gini é a dos Jovens-Jovens (18 a 24 anos) que, apesar do seu crescimento acumulado ter sido de 4% entre 2012 e 2019, ainda não se aproxima da desigualdade observada nas outras faixas etárias. Esse resultado provavelmente decorre da fase de transição característica dessa idade, onde o nível de escolaridade não é alto e falta de experiência no mercado de trabalho desse grupo nivela as rendas.

Jovens adultos (25 a 29 anos), representados pela linha azul, se diferenciam pela possibilidade de especialização e de acumular mais experiência no mercado de trabalho, e por isso contam com maior disparidade entre suas rendas. Assim, o Índice de Gini dessa segmentação é mais próximo do observado para a população brasileira. A forma que ocorre a evolução é similar à observada no agregado da população jovem, destacando-se também em três momentos distintos. Nota-se também que a redução no Índice de Gini observada a partir de 2018 não é acompanhada pela redução da informalidade e do desemprego.

Ainda com objetivo de se observar a evolução da desigualdade de renda, o gráfico dos quintis, ilustrado na Figura 12, traz a relação entre a renda dos 10% mais ricos e a renda dos 40% mais pobres – Razão de Palma. Essa métrica possibilita mensurar a polarização e tirar conclusões quanto à evolução das disparidades nos extremos da distribuição.

Figura 12 - Relação da Renda Média entre os jovens (15 - 29 anos) 10% mais ricos e 40% mais pobres – Razão de Palma, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad Contínua IBGE (2021)

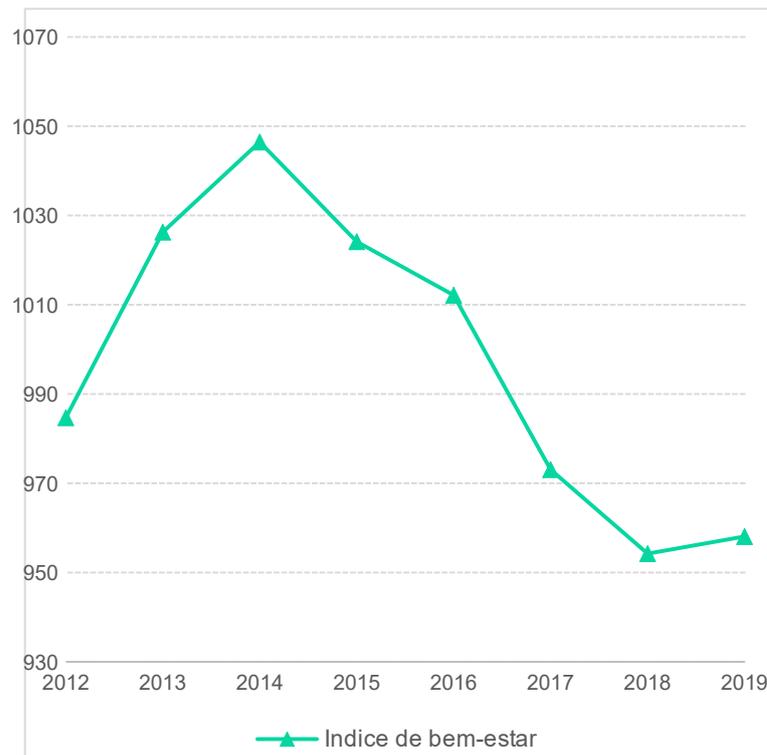
De acordo com a Figura 12, o crescimento da disparidade entre os mais ricos e os mais pobres para população jovem tem início ainda em 2014, antes da explosão do desemprego e do retorno do crescimento da informalidade. Para o agregado isso significou um aumento de 30 vezes na razão da renda entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres entre 2013 e 2019.

De maneira geral, o aumento na razão entre as rendas nas pontas para a população jovem colabora com o observado na população geral por Barbosa, Souza & Soares (2020). Os autores afirmam que o período de 2015 a 2018 foi caracterizado pelo crescimento positivo entre os mais ricos e negativo entre os mais pobres, regredindo muito no quesito de combate à pobreza, que, por consequência, aumenta a amplitude da desigualdade.

A Figura 13 traz o Índice de Bem-Estar da população jovem como um todo. O Índice é obtido combinando os resultados do Índice de Gini e da renda média, e segundo Barbosa, Souza & Soares (2020) é uma das maneiras mais conhecidas de se calcular o Índice de Bem-Estar dos indivíduos. A métrica consiste na

multiplicação da renda média pelo complemento do Índice de Gini, onde o grau de desigualdade funciona como uma penalização no bem-estar.

Figura 13 - Evolução do Índice de Bem-Estar para população jovem por faixa etária, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad Contínua IBGE (2021)

O que é possível observar pela evolução do Índice de Bem-Estar para população jovem, é que no primeiro momento, 2012 a 2014, o nível de bem-estar cresce em média 2,09 pp ao ano e é impulsionado pela queda na desigualdade e aumento na renda média, como é possível observar na tabela 6 do anexo. A partir de 2015, com o aumento na desigualdade e decréscimo na renda média, o Índice caiu 8,81% em apenas 4 anos, atingindo valores 3,09% menores do que o observado em 2012. Em 2019, há um crescimento de 0,4% no Índice, pois um dos elementos que o compõem, a renda média, continuou decrescendo no ano, diminuindo o impacto da diminuição na desigualdade de renda no aumento do bem-estar.

O Índice de Bem-Estar traz um cenário diferente do Índice de Gini ou da renda média por si só, Barbosa, Souza & Soares (2020), analisando o Índice de

Bem-Estar para população geral no mesmo período, afirmam que 2018 e 2012 apresentam níveis similares no Índice de Bem-Estar. Na população jovem, o Índice aponta uma visão um pouco mais severa da desigualdade de renda, para a população de 15 a 29 anos, o resultado de 2018 se encontra 3,09% abaixo do de 2012, explicitando a deterioração na renda da população jovem mesmo em uma métrica mais generalista.

5 CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi o de analisar o comportamento da desigualdade de renda na população jovem entre 2012 e 2019. De maneira geral, os indicadores apresentam dois momentos distintos. O primeiro momento, de 2012 a 2014, está marcado por aumento no bem-estar e na qualidade do trabalho para população jovem, com crescimento na renda e decréscimo no desemprego, desigualdade e informalidade. O segundo momento, 2015 a 2019 é caracterizado pela piora nos indicadores, a crise econômica que iniciou em 2015 trouxe alta no desemprego e informalidade, queda da renda média e aumento na desigualdade de renda, que é representado pelo aumento no Índice de Gini e na Razão de Palma (Razão 10/40) e redução no Índice de Bem-Estar.

Apesar do retorno do Índice de Gini a níveis próximos aos observados antes da crise de 2015, as outras medidas de desigualdade se mantiveram em níveis mais elevados. Pela Razão de Palma é possível observar mais detalhadamente que o período a partir de 2014 foi marcado pela polarização, assim, o estrato mais rico da população jovem se encontrava, em 2019, 30 vezes mais rica do que o estrato mais pobre, indicando que é possível que a situação do jovem pobre no mercado de trabalho tenha sido mais precária em 2019 do que em 2012.

A possível precarização está refletida no Índice de Bem-Estar, que é composto pela renda média e pelo Índice de Gini. A redução na renda média penaliza o decréscimo na desigualdade, o que aponta para um cenário mais pessimista do que o observado pelo Índice de Gini que, por si só, tende a privilegiar o meio da distribuição e não as caldas.

Ao fim, confirma-se a hipótese inicial, que presume que a desigualdade de renda dentro da população jovem aumentou a partir de 2015, apesar de ser inconclusivo com a análise do Índice de Gini por si só. A Razão de Palma e o Índice de Bem-Estar apresentam, respectivamente, crescimento na polarização entre os mais ricos e os mais pobres e queda na qualidade de vida dos jovens.

Sugestões para trabalhos futuros envolvem a análise do comportamento da desigualdade para população jovem no período de 2020 e 2021, com o impacto da pandemia do COVID-19 na desigualdade de renda, desemprego e informalidade.

REFERÊNCIAS

- ALBIERI, S.; BIANCHINI, Z. M. Principais aspectos de amostragem das pesquisas domiciliares do IBGE-Revisão 2015. **Rio de Janeiro: IBGE. Texto para Discussão**, n. 55, 2015.
- ALMEIDA-GABRIEL, F. B. de. **A recente evolução da distribuição da renda na região Norte do Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.
- ALMEIDA, S. S. P. de. **Evolução da distribuição de renda no Brasil de 1995 a 2017**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- BALTAR, P. E. de.; SOUEN, J. A.; SOUZA CAMPOS, G. C. de. **Emprego e distribuição da renda**. Campinas: Unicamp. IE., 2017. (Texto Para discussão, 298).
- BARBOSA, R. J. **Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019)**. 2019.
- BARBOSA, R. J.; SOUZA, P. H. G. F. de.; SOARES, S. S. D. **Distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza**. 2020.
- BARROS, A. M. **Cidadania, relações de gênero e relações de trabalho**, 2008.
- BARROS, R. P. de.; MENDONÇA, R. S. P de. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. 1995.
- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. **Impacto do Desemprego e da Informalidade sobre a Empregabilidade e a Renda Futura do Jovem**. 2017
- CACCIAMALI, M. C. **Princípios e direitos fundamentais no trabalho na América Latina**. São Paulo em Perspectiva, v. 16, p. 64-75, 2002.
- CARDOSO, R. C. L.; SAMPAIO, H. Estudantes universitários e o trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 9, p. 30-50, 1994.
- CLARK, K. B.; SUMMERS, L. H. The dynamics of youth unemployment. In: **The youth labor market problem: Its nature, causes, and consequences**. University of Chicago Press, 1982. p. 199-234.
- CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. A. P. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013**. 2015.
- CORSEUIL, C. H. L. et al. **A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro**. 2014.
- CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. A. P.; POLOPONSKY, K. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 501-520, 2020b

CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. A. P.; POLOPONSKY, K. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. 2020a

CORSEUIL, C. H. L.; REIS, M. C.; BRITO, A. S. Critérios de classificação para ocupação informal: consequências para a caracterização do setor informal e para a análise de bem-estar no Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 45, n. 1, p. 5-31, 2015.

CRUCES, G.; HAM, A.; VIOLLAZ, M. Scarring effects of youth unemployment and informality: Evidence from Brazil. **documento de trabajo del CEDLAS, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de la Plata, Argentina**, 2012.

DUARTE, J. C. Aspectos da distribuição da renda no Brasil em 1970. **USP, Piracicaba, São Paulo**, 1971.

FARRIS, F. A. The Gini index and measures of inequality. **The American Mathematical Monthly**, v. 117, n. 10, p. 851-864, 2010.

FILGUEIRAS, V. As promessas da reforma trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. **Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade**, 2019.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. **The American Economic Review**, v. 62, n. 1/2, p. 391-402, 1972.

FLORI, P. et al. Desemprego de jovens no Brasil. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, v. 31, 2003.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimento econômico e distribuição de renda. **Uma Nova Relação entre Estado, Sociedade e Economia no Brasil**, v. 1, p. 269-292, 2004.

FREEMAN, R. B.; WISE, D. A. The youth labor market problem: its nature causes and consequences. In: **The youth labor market problem: Its nature, causes, and consequences**. University of Chicago Press, 1982. p. 1-16.

GONZAGA, G.; REIS, M, C. **Oferta de trabalho e ciclo econômico: os efeitos trabalhador adicional e desalento no Brasil**. Revista Brasileira de Economia, v. 65, p. 127-148, 2011.

GOUGH, K.; LANGEVANG, T.; OWUSU, G. Youth employment in a globalising world. **International Development Planning Review**, v. 35, n. 2, p. 91-103, 2013.

GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de antropologia**, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004.

HOFFMANN, R. A desigualdade relevante não caiu de 2014/2015. 2017a.

_____. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 213-235, 2002.

_____. **Contribuição à análise da distribuição da renda e da posse da terra no Brasil.** 1971. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

_____. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza.** São Paulo: USP, 1998.

_____. **Distribuição de renda e crescimento econômico.** Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo. 2001.

_____. Distribuição da renda na crise: dados trimestrais de 2012 a 2016. **Texto para Discussão IEPE/Casa das Garças**, v. 39, 2017b.

_____. Distribuição da renda no Brasil em 2017: uma apresentação didática das principais características da distribuição da renda no Brasil de acordo com dados da PNAD Contínua de 2017. **Economia & Região**, v. 7, n. 2, p. 5-27, 2019.

_____. **Estatística para economistas.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição da renda no Brasil. **Revista de administração de empresas**, v. 12, n. 2, p. 46-66, 1972.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. A. Distribuição da renda no Brasil, entre famílias e entre pessoas, em 1970 e 1980. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 16, n. 1, p. 25-51, 1986.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova economia**, v. 14, n. 2, 2004.

HUCKFELDT, C. et al. Understanding the scarring effect of recessions. **Report, Economics Department**, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Para Compreender a PNAD: um texto simplificado.** Rio de Janeiro, 1991. 34p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, n. 68, Brasília: Ipea, 2020.

JESUS, J. G. A evolução do diferencial de rendimentos entre negros e brancos nos setores agrícola e não agrícola no Brasil. **Orbis Latina**, v. 5, n. 1, 2015.

_____. de. **Negros em movimento: migração e desigualdade racial no Brasil.** 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

KINGSTON, J. A Desigualdade na Distribuição de Rendas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 6, n. 1, p. 7-89, 1952.

KLEIBER, C. The Lorenz curve in economics and econometrics. **Advances on Income Inequality and Concentration Measures**, p. 225, 2008.

LANGONI, C. G. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 2, n. 5, p. 5-88, 1972.

LEIGHTON, L.; MINCER, J. **Labor turnover and youth unemployment. In: The youth labor market problem: Its nature, causes, and consequences.** University of Chicago Press, 1982. p. 235-276.

LEVINE, D. B.; SINGER, N. M. The mathematical relation between the income density function and the measurement of income inequality. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, p. 324-330, 1970.

LONG, C. D. **Impact of effective demand on the labor supply.** The American Economic Review, v. 43, n. 2, p. 458-467, 1953.

MEDEIROS, M. **Uma introdução às representações gráficas da desigualdade de renda.** 2006.

OECD STAFF et al. **Youth Unemployment, the Causes and Consequences.** Organisation for Economic Co-operation and Development; [Washington: Sold by OECD Publications and Information Center], 1980.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Definition of Youth.** Disponível em: <<https://www.un.org/esa/socdev/documents/youth/fact-sheets/youth-definition.pdf>>. Acesso em: 14 de Abril de 2021.

PALMA, J. G. Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the 'inverted-U': It's all about the share of the rich. **development and Change**, v. 42, n. 1, p. 87-153, 2011.

PINTO, I. F. de A. **Educação e desigualdade de renda no Brasil.** 2017. Dissertação (Mestrado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.

SABOIA, J.; HALLAK NETO, J. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000. **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 265-285, 2018.

SANTOS, A. L. dos.; GIMENEZ, D. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 153-168, 2015.

SCHWANDT, H.; VON WACHTER, T. Unlucky cohorts: Estimating the long-term effects of entering the labor market in a recession in large cross-sectional data sets. **Journal of Labor Economics**, v. 37, n. S1, p. S161-S198, 2019.

SILVA, E. R. A. da C. **Juventude e trabalho informal no Brasil.** 2015.

SILVA, N. de D. V. **Jovens brasileiros: o conflito entre estudo e trabalho e a crise de desemprego.** 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SOARES, S. S. D. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004. **Econômica**, v. 8, n. 1, p. 83-115, 2006.

_____. **Perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras.** 2000.

WILLIAMSON, J. G. Five centuries of Latin American income inequality. **Revista de Historia Economica-Journal of Iberian and Latin American Economic History**, v. 28, n. 2, p. 227-252, 2010.

APÊNDICE

Tabela 1 - Taxa de desemprego e de informalidade para PEA jovem, 2012 a 2019

ANO		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
15 - 29 Anos	DESEMPREGO	13,11%	13,15%	12,91%	16,29%	21,48%	22,49%	22,17%	21,62%
	Δ %		0,31%	-1,83%	26,18%	31,86%	4,70%	-1,42%	-2,48%
	INFORMALIDADE	40,40%	39,61%	38,97%	40,20%	41,65%	44,06%	44,90%	45,22%
	Δ %		-1,96%	-1,61%	3,15%	3,61%	5,77%	1,90%	0,71%
15 - 17 anos	DESEMPREGO	21,63%	21,61%	21,55%	26,54%	40,12%	40,98%	41,29%	41,53%
	Δ %		-0,09%	-0,28%	23,16%	51,17%	2,14%	0,76%	0,58%
	INFORMALIDADE	78,55%	76,72%	76,21%	75,05%	77,37%	80,32%	79,28%	78,60%
	Δ %		-2,33%	-0,67%	-1,52%	3,10%	3,82%	-1,30%	-0,85%
18 - 24 anos	DESEMPREGO	14,71%	15,16%	14,96%	19,05%	25,09%	25,96%	25,50%	24,60%
	Δ %		3,06%	-1,32%	27,34%	31,71%	3,47%	-1,77%	-3,53%
	INFORMALIDADE	39,05%	38,60%	38,37%	40,04%	42,56%	44,92%	45,89%	46,30%
	Δ %		-1,16%	-0,60%	4,35%	6,32%	5,53%	2,16%	0,90%
25 - 29 anos	DESEMPREGO	9,06%	8,74%	8,58%	10,59%	13,23%	14,22%	14,08%	14,19%
	Δ %		-3,53%	-1,83%	23,43%	24,93%	7,48%	-0,98%	0,78%
	INFORMALIDADE	33,99%	33,44%	32,66%	34,08%	35,66%	38,04%	39,12%	39,83%
	Δ %		-1,62%	-2,34%	4,36%	4,62%	6,70%	2,82%	1,83%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad Contínua IBGE (2021)

Tabela 2 - PEA jovem, 2012 a 2019

	15 a 29 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
2012	31.757.647	3.113.631	15.817.931	12.826.086
2013	31.390.834	2.936.055	15.687.230	12.767.550
2014	30.434.508	2.754.658	15.089.183	12.590.667
2015	30.869.838	2.757.833	15.601.220	12.510.785
2016	30.413.931	2.543.576	15.391.192	12.479.163
2017	31.094.188	2.504.221	16.193.471	12.396.496
2018	30.336.692	2.415.664	15.743.691	12.177.338
2019	30.711.268	2.295.902	15.886.393	12.528.974

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad Contínua IBGE (2021)

Tabela 3 - Categorias formais e informais para população jovem ocupada, 2012 a 2019

	Setor privado com carteira assinada	Doméstico com carteira assinada	Setor público	Empregador	Setor privado sem carteira assinada	Doméstico sem carteira assinada	Conta-própria	Familiar Auxiliar
2012	13.567.230	251.961	2.273.053	353.485	5.390.664	1.016.174	3.497.074	1.245.894
2013	13.661.929	244.863	2.198.429	357.789	5.176.342	921.747	3.515.579	1.185.400
2014	13.449.529	206.182	2.164.890	354.111	4.981.407	793.818	3.446.837	1.107.360
2015	12.862.366	195.130	2.024.196	370.635	4.833.882	787.373	3.680.766	1.086.637
2016	11.500.825	216.242	1.798.977	417.677	4.577.697	731.634	3.702.875	934.243
2017	11.101.758	170.585	1.799.732	411.147	4.960.076	775.989	3.926.253	955.835
2018	10.719.961	145.510	1.770.820	374.510	5.161.762	760.813	3.769.133	908.204
2019	10.924.860	140.725	1.748.897	373.084	5.153.609	707.036	4.142.017	881.461

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad Contínua IBGE (2021)

Tabela 4 - Índice de Gini para PEA jovem, 2012 a 2019

	Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
15 - 29 anos	Índice de Gini	0,409	0,400	0,394	0,399	0,407	0,415	0,418	0,408
	Δ %		-2,26%	-1,51%	1,16%	2,05%	2,04%	0,67%	-2,28%
	% acumulado		-2,26%	-3,77%	-2,61%	-0,55%	1,49%	2,15%	-0,12%
15 - 17 anos	Índice de Gini	0,375	0,370	0,368	0,374	0,363	0,406	0,408	0,413
	Δ %		-1,30%	-0,39%	1,60%	-2,89%	11,73%	0,44%	1,19%
	% acumulado		-1,30%	-1,69%	-0,09%	-2,98%	8,75%	9,20%	10,39%
18 - 24 anos	Índice de Gini	0,344	0,343	0,325	0,330	0,343	0,350	0,359	0,357
	Δ %		-0,47%	-5,13%	1,36%	3,94%	2,21%	2,42%	-0,34%
	% acumulado		-0,47%	-5,60%	-4,24%	-0,30%	1,91%	4,33%	4,00%

25 - 29 anos	Índice de Gini	0,425	0,410	0,409	0,412	0,420	0,427	0,426	0,413
	Δ %		-3,57%	-0,24%	0,92%	1,87%	1,56%	-0,23%	-2,93%
	% acumulado		-3,57%	-3,81%	-2,89%	-1,02%	0,55%	0,32%	-2,61%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad Contínua IBGE (2021)

Tabela 6 - Índice de Bem-Estar para PEA jovem, 2012 a 2019

	Índice de Gini	Renda média	Índice de Bem-estar
2012	0,409	R\$ 1.666,74	985
2013	0,400	R\$ 1.710,38	1.026
2014	0,394	R\$ 1.726,63	1.046
2015	0,399	R\$ 1.702,62	1.024
2016	0,407	R\$ 1.705,93	1.012
2017	0,415	R\$ 1.663,33	973
2018	0,418	R\$ 1.638,85	954
2019	0,408	R\$ 1.619,03	958

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad Contínua IBGE (2021)